



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 07 DE JANEIRO DE 2014

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo da Mata
Celmira Sacramento
Firmino Raposo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 55 minutos.

Deu-se início ao debate, na especialidade, vendo a área institucional, das propostas de lei n.ºs 31 e 32/IX/7.º/2013 — Orçamento Geral do Estado (OGE) e Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano económico de 2014. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e dos Srs. Ministro do Plano e Finanças (Hélio Fernandes), Ministro da Defesa e Ordem Interna (Óscar Sousa), os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Abnaldo de Oliveira (ADI), Cecílio Quaresma (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Arlindo

Ramos (ADI), Mário Fernandes (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Herodes Rompão (PCD), Mário Fernandes (ADI), Adelino Pires (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Ayres Major (MDFM/PL) e Idalécio Quaresma (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram 14 horas 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildodo Nascimento de Oliveira
Adelino Lourenço Pires dos Santos
Adérito de Oliveira Bomfim Ramos
Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
Álvaro João Santiago
André Varela Ramos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires Pinheiro
Carlos Manuel Cassandra Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do Sacramento
Domingos José da Trindade Boa Morte
Hélder Paquete Lima
Idalécio Augusto Quaresma
Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos
Jorge Sousa Pontes Amaro
José da Graça Diogo
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo Nazaré
Mário Fernando
Martinho da Trindade Domingos
Octávio Costa Boa Morte Fernandes
Odete Aleixo Augusto Mendes Bragança
Paulo Jorge de Carvalho

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adilander Costa de Matos
Alcino Martinho de Barros Pinto
António da Trindade Afonso Ramos
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento Barros
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélia Pires Quaresma Martins
Deolindo Luís da Trindade da Mata
Dionísio Leopoldino Fernandes
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira Pinto
Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso das Neves
Joaquim Rafael Branco
Jorge Amado
José da Graça Viegas Santiago
Manuel da Cruz Marçal Lima
Manuel Quaresma Martins
Maria das Neves Batista de Sousa
Silíviado Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Ambrósio Gil
Albertino Homem Sequeira Bragança
Cipriano Sousa Riqueza

Delfim Santiago das Neves
Firmo João Raposo
Gil Mascarenhas da Costa
Herodes Sousa Pontes Sacramento

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Ayres António Major

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sua Excelência a Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, bom dia. Peço aos serviços para convidar Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro a tomar o lugar na Sala.

Pausa para entrada do elenco governamental na Sala do Plenário.

Srs. Deputados, vamos dar início a mais esta sessão e gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os demais Ministros integrantes no XV Governo e pedir a vós que possamos de facto hoje ter uma sessão bastante produtiva. Gostaria de alertar também as Sras. e Srs. Deputados e ao Governo que estamos a começar a sessão com quase uma hora e 50 minutos de atraso.

Portanto, temos uma agenda e a tradição de fazermos a sessão de cinco horas. Espero que este atraso no começo possa ser compensado, não somente com a seriedade e a celeridade na discussão, mas que possamos também observar o tempo necessário para compensar, em certa medida, o atraso.

Estamos hoje reunidos em plenária porque deliberámos ontem que a discussão do OGE e as GOP seja feita no Plenário, daí que manda o Regimento que temos três dias para analisar, discutir e aprovar estes diplomas. Após esses três dias a comissão competente, ou seja, a 2.ª Comissão terá também mais três dias úteis para fazer a redacção final, a fim de ser submetido o documento, caso ele seja aprovado como esperamos, a Sua Excelência o Presidente da República para promulgação.

Discussão de hoje está balizada pelo artigo 211.º do nosso Regimento, daí que faremos a discussão, no que concerne ao OGE, do orçamento de cada ministério, podendo intervir os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, após o qual faremos a aprovação da lei das GOP e do OGE, ainda na especialidade e posteriormente na final global, como determina o Regimento. Peço a colaboração de todos para que ajudem a Mesa a observar rigorosamente o Regimento para que o nosso trabalho possa ter a melhor qualidade possível.

Porque ainda na fase da discussão do Orçamento na generalidade tivemos a necessidade de suspendê-la para determinados acertos, acertos esses feitos em sede da 1.ª e 2.ª Comissão, conjuntamente com o Governo, hoje vamos iniciar a nossa discussão, como anunciámos ontem e aprovado por vossas excelências, observando as tradicionais áreas institucionais, social e por último a económica.

Para hoje estão reservados ao Governo 66 minutos, ao Grupo Parlamentar do ADI 66 minutos, ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD 55 minutos, ao Grupo Parlamentar do PCD 18 minutos e ao Sr. Deputado do MDFM-PL 5 minutos.

Portanto, esta será a ordem, teremos a Presidência da República, a Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, os Ministérios da Defesa e Ordem Interna, dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, incluindo neste capítulo os tribunais e a Procuradoria-Geral da República, já que os titulares destes órgãos não têm, de acordo com o Regimento e as nossas normas, assento neste Plenário.

Dito isto, antes de passarmos a fase de inscrição, convidaria o Sr. Presidente da 2.ª Comissão para, ainda nesta sede da área institucional, dar a conhecer, caso haja, algumas alterações que foram feitas para que possam ser apreciadas na especialidade.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Como acabámos de ouvir a área institucional compreende a Presidência da República, a Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Defesa e Ordem Interna, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Ministério da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, no qual integram os tribunais e a Procuradoria-Geral da República.

Do trabalho desenvolvido por nós e com Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças e a sua equipa, o único assunto que ressalta, no âmbito dos programas de investimentos públicos, na página 2 deste programa, a única alteração é no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no que se refere ao pagamento de cota da CPLP. Portanto, todas as outras questões continuarão como vinham no documento inicial.

O Sr. **Presidente**: — Gostaríamos de dizer que, já que o público nos está a escutar e só por uma questão de precisão, quando fizemos referência ao Ministério da Justiça e o fizemos também em relação aos tribunais e a Procuradoria-Geral da República, para que fique claro, não estamos a dizer que estas instituições são partes

integrantes desse ministério. Quisemos apenas dizer que, ao analisar o capítulo «Ministério da Justiça» faremos também abordagem dos tribunais e da Procuradoria-Geral da República.

Feitos os esclarecimentos pelo Presidente da 2.ª Comissão, declaro aberto o período de inscrição para intervenções.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

Pediria aos Srs. Deputados que quando estivessem a fazer referência a alguma proposta que, para ajudar e facilitar o acompanhamento dos colegas, citassem a página e as rubricas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Vou fazer uma intervenção de carácter geral, não especificamente nesses dois sectores que estão a ser analisados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, não percebi.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, vou fazer uma intervenção que pode, eventualmente, abranger outros sectores porque é uma rubrica que vem espelhada não apenas nos ministérios da área institucional e económica que está a ser analisada neste momento.

Sr. Primeiro-Ministro, já há muito tempo tem sido prática inscrever-se no OGE uma rubrica chamada «apoio institucional». Várias vozes já reclamaram esta designação já que não especifica claramente para que despesas são direcionadas essas verbas. Adicionada a isso, há uma discriminação, já que nem todos os ministérios e nem todos os órgãos de soberania têm esse apoio institucional.

A nossa reflexão foi feita na base do último episódio e nós, os sãotomenses, temos por tradição aplaudir a desgraça do outro e às vezes nos esquecemos que, se calhar, se mexermos no baú, algumas pessoas que estão a aplaudir podem também ter problemas. Sabemos que esta designação tornou-se uma tradição no OGE depois de 1998 e se verificarmos a fonte de financiamento desta rubrica, rapidamente saberemos porquê que existe este apoio a algumas instituições.

Dizia a música de Sangazuza, «*Kuma non lumiá Noémia, tudu nguê tchila ubwê dê fô (...)*» e diz também, «*bomu ginga pó (...)*, se a gente mexer, vamos ver que a atitude do ex-Ministro da Saúde é incorrecta, até certo ponto infantil, mas de forma corajosa porque deixou claro para quem ele direcionou este apoio institucional. Se mexermos o baú, realmente vamos ver que muitos primos, tíos, irmãos, mulheres, namoradas, conselheiros ocultos, assessores ocultos, etc., também no passado andaram a receber este apoio. Na verdade, este apoio não vem claramente a discriminhar o que se deve pagar com este fundo. É uma transferência de verbas do Ministério das Finanças para determinados sectores e cada sector faz dele aquilo que entender.

Não é o caso da Assembleia, vejo aqui também «apoio institucional a Assembleia Nacional», porque a Assembleia tem um orçamento interno, mas neste orçamento não vem discriminado «apoio institucional» porque todas as despesas estão direcionadas para algum objectivo.

Daí que a minha sugestão, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se ainda vamos a tempo, queria deixar bem claro no OGE que despesa deve-se pagar com este apoio institucional que está em determinados sectores. Assim se evitará de certeza estas questões que temos estado a verificar no País.

Outro assunto tem a ver com a aquisição de viaturas. Gastámos muito dinheiro com essa aquisição, que são necessárias naturalmente para os serviços da Administração Pública, no entanto, passados cinco anos essas viaturas, que são compradas por 20 e 30 000 euros são vendidas a 1000 e nalguns casos a pessoa que teve essa sorte de comprar uma viatura, volta a reparar e vende a 15 000 euros.

Acho que chegou o momento de adoptarmos outro sistema. O Estado ganharia muito mais, a meu ver, em determinados sectores, naturalmente estou a falar de viaturas para sectores da administração pública e não cargos políticos, se fosse avalista para comprar viaturas para as pessoas enquanto funcionários do Estado. Sendo ele o proprietário da viatura, terá, em termos de manutenção e conservação, muito mais cuidado, de certeza não carregará pedras, bananeiras, cimento na carinha do Estado, porque é dele e o Estado terá menos sufoco financeiro. Com um ou dois milhões que se gasta para a comprar viaturas, direcionávamos para outros fins e o Estado aí sim ao ser avalista destas pessoas, elas teriam o direito às viaturas, enquanto estiver na função pública. Se um dia deixar naturalmente terá que pagar o remanescente porque a viatura não será dela, será do banco, enquanto não estiver liquidada. Esta é a segunda sugestão.

Uma terceira, uma vez que estamos na área institucional, tem a ver com um documento que recebi da Mesa da Assembleia, com despacho para distribuir aos grupos parlamentares e a 2.ª Comissão, que vem dos tribunais. A carta foi também direcionada ao Sr. Ministro das Finanças e penso que já terá uma estratégia, ou uma forma de resolver a questão. Gostaria que me esclarecessem se o Governo encontrou a forma de atender a estas necessidades. Não vou avançar muito, confesso que não tenho nenhuma proposta concreta já que o assunto foi direcionado ao Governo. Penso que o Governo analisou e deve ter uma proposta nesse sentido.

Portanto, resumidamente a minha intervenção baseia-se em dois casos: a questão do apoio institucional, que deve ser esclarecida, depois de ser requisitado às Finanças e cada um fará a sua gestão ao seu critério, mesmo sendo

pagamento de despesas para o Estado, não me refiro ao caso que aconteceu ultimamente; e a questão da viatura, acho que é uma reflexão que se deve fazer. Há outros países onde essa prática é usual e ao nosso ver o Estado só sai a ganhar.

O Sr. Presidente: — Passo de seguida a palavra ao Sr. Deputado Abnildo de Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo de Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de aproveitar esta oportunidade para, em meu nome pessoal e do meu Grupo Parlamentar, endereçar votos de um bom ano a todos, a Sua Excelência o Sr. Presidente; a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro; as Sras. e Srs. Deputados e a todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, houve um exercício que foi feito, particularmente quero dizer que ele quase não trouxe nada, isto depois vamos ver, sobretudo naquilo que é o sector institucional, como o Sr. Presidente da 2.ª Comissão pôde bem dizer na sua intervenção.

Há um assunto que me preocupa bastante, Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão também direcionada à Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, que tem a ver com as obras de construção do edifício dos negócios estrangeiros. Das informações que temos, o Estado já terá avançado para esta obra uma soma considerável para a conclusão da mesma. Entretanto, ela vem outra vez inscrita na proposta deste Orçamento e a minha proposta é para retirar esta verba nesta rubrica para reforçar as outras.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro também está recordado que infelizmente em 2013 tivemos uma situação atípica no nosso Parlamento e foi justamente por causa desta verba.

Aplausos dos Srs. Deputados Domingos Boa Morte e José Diogo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Venho para esta tribuna falar do orçamento para o Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério da Defesa.

Em relação ao Gabinete do Primeiro-Ministro, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se é do seu conhecimento que em 2015 há necessidade de os países mudarem a tecnologia de transmissão da televisão, ou seja, vamos passar da TV analógica para TV digital em módulo de UHF. Quer dizer que a partir de Março de 2015 há necessidade de se fazer essa mudança e, sinceramente, aqui no seu Orçamento fala-se muito da TVS, mas não tem nada que se refira a isso. É necessário ter-se em conta este aspecto porque o País vai ficar com muitos problemas se nada for feito em 2014. Para Março de 2015 está muito em cima da hora, então é preciso que o trabalho comece desde já. Dos estudos feitos para São Tomé e Príncipe, o País precisa de 70 milhões de dólares para fazer a passagem da TV analógica para digital e aqui nada temos sobre esse aspecto.

Em relação ao Ministério da Defesa, aqui no plano de investimentos, não sei se as pessoas estão a acompanhar bem essa questão, na televisão vimos mais três casas que se incendiaram na zona de Ponte Graça. Em três dias perdemos em São Tomé quatro casas e não querem saber o número da população que está em risco. Vejo aqui no Ministério da Defesa «compra de carros de bombeiros» e quero perguntar: que tipo e quantos carros se vai comprar? Porque neste momento os carros que os nossos bombeiros têm são carros que Hitler utilizou, são carros que não dão resposta aos trabalhos. O pior é quando os carros se deslocam para o terreno sem água e pergunto: que tipo de serviço temos, que faz deslocar um carro para o terreno sem água se temos um Ministro e um comandante? Isso não é possível, mas é o que temos. Os funcionários e os técnicos dos bombeiros trabalham e são pagos pelo fundo dos nossos trabalhadores e os bombeiros não dão resposta. Não se sabe quando é que um bombeiro apagou um incêndio e aqui diz: «compra de viaturas».

É um problema sério, Sr. Ministro da Defesa, realmente espero que o senhor dê uma resposta em relação a esse aspecto.

Em relação aos fardamentos dos bombeiros, eles não estão preparados de forma nenhuma para um verdadeiro incêndio. Que tipo de fardamento vai-se comprar? Pergunto: se São Tomé tiver um incêndio de produtos químicos, que equipamentos os nossos bombeiros têm para fazer face a esse tipo de incêndio? Não têm, porquê? Porque as pessoas não estão interessadas em ajudar a população.

Em matéria de protecção civil em São Tomé, está zero, as pessoas não estão preocupadas com isso. O único organismo que o XIV Governo criou para resolver alguns problemas da protecção civil, o XV destruiu. Sr. Primeiro-Ministro, por favor, junte ao Sr. Ministro da Defesa e ajude a população nesse sentido.

Quero dizer mais, não é por falta de dinheiro, havia dinheiro, mas o Sr. Ministro da Defesa recusou-se em ir buscar para ajudar a protecção civil e os bombeiros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra ao Sr. Deputado António Barros para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: A minha questão é muito simples e tem a ver com o Gabinete do Primeiro-Ministro, porque vejo aqui algumas verbas para compra de alguns equipamentos para a rádio nacional e a TVS.

Era só para chamar atenção – são factos reais, que infelizmente na Região Autónoma do Príncipe, os sinais da TVS e da rádio nacional têm chegado, digamos, uma a duas vezes por semana. Portanto ficámos no Príncipe três a quatro dias sem o sinal da televisão e da rádio. Ultimamente já havia falado disso com o Sr. Secretário de Estado, que me havia dito que já se tinha tomado algumas providências, mas a verdade é que a situação continua.

Daí, queria apelar que no lote dessas aquisições que o Governo fará para resolver esses problemas, que procurasse saber também o quê que era necessário para se garantir os sinais da rádio e da televisão naquela Região, porque de facto isto está grave. Neste momento, se o direito à informação é constitucional, este direito não está assegurado naquela Região.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos para uma intervenção.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Antes de entrar concretamente naquilo que me traz cá, gostaria de criticar o Presidente da 2.ª Comissão pelo trabalho feito.

Alguém havia dito há algum tempo atrás que fingimos que trabalhamos. A 2.ª Comissão fingiu que trabalhou, não trabalhou! Portanto, há um trabalho aqui feito e, sinceramente, o parecer não é esclarecedor, não nos diz realmente quais são as rectificações havidas em relação à proposta inicial. Por um lado, apresentaram-nos uma cópia daquilo que o Governo submeteu, sem proceder claramente à produção de um quadro comparativo entre a proposta inicial e a do Governo.

Por outro lado, a 2.ª Comissão, quando o seu Presidente veio cá ler o parecer, disse as alocações das verbas teriam saído dos «encargos gerais do Estado», enquanto o parecer diz, talvez por esquecimento, por pressa ou por não ter lido todo o parecer, não viu que também essas verbas foram retiradas do Ministério das Obras Públicas e Infraestruturas. No entanto, está no parecer, só que não foi lido. É só essa pequena observação que gostaria de fazer. Passaria directamente ao assunto que me traz cá.

Em primeiro lugar, na proposta inicial do Ministério da Defesa há uma questão que me chamou atenção, que é o «aumento da capacidade operacional da guarda costeira». Sabemos o serviço prestado pela guarda costeira no ano findo e os resultados desse trabalho e, infelizmente, as receitas provenientes desse excelente trabalho feito não reflecte em nada, na proposta do Orçamento, o aumento da capacidade operacional da guarda costeira.

Daí a minha proposta, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro tivesse em conta as verbas arrecadadas e as receitas obtidas do serviço prestado e que 50% destas verbas fosse direcionada para o «aumento da capacidade operacional da guarda costeira».

Em relação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros tenho um pedido de esclarecimento, não obstante o Deputado, líder parlamentar do PCD, ter falado de forma geral do assunto, o apoio institucional, vejo no orçamento desse Ministério uma verba de apoio institucional de mais de 3 000 milhões de dobras a embaixada de São Tomé e Príncipe em Taipei e não vejo nenhum apoio institucional às outras embaixadas. Preciso que me esclareça porquê esse apoio institucional a nossa embaixada em Taipei e não as outras embaixadas?

Outra questão ainda no Ministério dos Negócios Estrangeiros, vejo que está inscrito um único pagamento de cota a CPLP e sabemos que São Tomé e Príncipe é membro de várias organizações internacionais. Neste Orçamento não aparece outros pagamentos que devemos fazer às outras organizações internacionais de que fazemos parte.

Não obstante, também o meu colega Deputado, Abnildo de Oliveira, ter levantado a questão das obras de conclusão do edifício Ministério dos Negócios Estrangeiros, apraz-me fazer uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro: em primeiro lugar, essas obras foram financiadas, como sabemos, através da cooperação portuguesa e o valor pago a empresa responsável por essas obras foram superiores a 80% e estão no estado em que está. Aparece na proposta do Orçamento para 2014 mais uma verba para a conclusão dessa ampliação que se fez neste Ministério, daí a minha pergunta: não há responsabilidade da empresa que recebeu mais de 80% das verbas dessas obras? Como é que ficamos?

Portanto, tenho mais questões para levantar na área institucional, mas uma pergunta directa ao Sr. Ministro das Finanças, gostaria que me esclarecesse porquê e para quê o aumento da transferência de verba para a Assembleia Nacional em 5 000 milhões de dobras?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para um esclarecimento.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria de reagir à intervenção introdutória do meu colega Arlindo Ramos, dizendo que na 2.ª Comissão trabalhamos e não fazemos de conta.

Neste trabalho que foi feito, inclusive a 1.ª e 2.ª Comissão tiveram trabalhos conjuntos, e não sei se o colega Deputado Arlindo Ramos tem a noção do que é o conceito «trabalho» ...

Murmúrios gerais.

No entanto, é das confusões que as pessoas fazem, acho que este palco deve ser utilizado para discutir assuntos de interesse nacional com o pêndulo para a nossa população. Essas quezílias e esses anátemas...

Murmúrios gerais.

... acho que são desnecessários.

Digo mais, trabalhamos e produzimos um documento que o Sr. Deputado parece que esteve, se não esteve, devia estar. No diário também consta o seu nome como membro da 1.^a Comissão.

Portanto, acho que podemos ou não concordar com um assunto, mas englobar no geral que se trabalhou ou não, acho que não fica bem eticamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes, para uma intervenção.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, só queria fazer mais um acréscimo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, só um momento para que o Sr. Deputado Guilherme faça algum acréscimo. Se faz favor, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sobre a questão do conteúdo da agenda, houve um erro informático efectivamente do técnico.

Aquilo que se diz sobre a questão das obras públicas, quando fizemos a arrumação esse assunto não vinha e também alertei ao técnico. Também tenho no meu documento, mas fiz a correção.

Aqui está outro aspecto, «que se procedeu (...)», em português pus e aparece «procedeu-se», portanto, não vamos cá discutir essas questões de gramática, há pequenos erros que foram feitos no computador.

O primeiro documento mãe que foi fornecido até por um colega nosso da 2.^a Comissão, o Sr. Deputado Boa Morte, não tinha esse erro no Ministério das Obras Públicas, isso foi o técnico é que remeteu para cumprir, atempadamente, a entrega do referido documento à Mesa da Assembleia.

Estivemos a trabalhar e é por isso que não estivemos com o documento adormecido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando para uma intervenção.

O Sr. Mário Fernandes (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: O que me traz cá é o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro. Na rubrica, o programa de investimentos públicos, no código 3245, que é uma verba alocada para a reabilitação dos emissores da TVS para a zona sul. Portanto, tem a ver com Macamblalá, Angolares e Caridade. Queria dizer que essa operação já foi feita, é verdade que há uma pequena parte para concluir, mas o que queria pedir é que essa verba fosse alocada para um problema que temos em Caué, que é do conhecimento do Sr. Ministro da Educação.

Portanto, cerca de 16 alunos saem de Praia Pesqueira, Agripalma, Dona Augusta e Iô Grande e vêm estudar em Angolares. Esses estudantes vêm a sol e chuva. A câmara distrital conseguiu disponibilizar uma viatura que não é própria e de vez em quando transporta aquelas crianças. Saem de madrugada e regressam à noite e não se pode esperar algo de promissor quanto ao rendimento dessas crianças. Ao menos se pudesse alocar essa verba para aquisição de uma viatura, um minibus, mesmo usada, mas em bom estado, para minimizar essa situação.

Temos no distrito de Caué, à semelhança de Lembá, o posto da polícia nacional está em situação muito mais grave. O posto da polícia local está em obras já há mais de 10 anos, sucessivos governos passaram por lá, houve sempre alocações de verbas, mas nunca ninguém consegue concluir aquilo. Actualmente o posto da polícia distrital está num prédio onde vivem pessoas e isso é arriscado. Portanto, se pudesse alocar parte desta verba para estas obras, seria bom. É verdade que já está cá no seu Orçamento, mas admitamos que a fonte não seja segura, pelo menos essa parte se podia alocar até que venha a outra.

É nesse sentido que venho cá e apelo para que tome isso em consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, caras e caros Deputados: À semelhança dos outros, também queria desejar um bom ano a todos e que seja melhor em relação a 2013.

Sr. Presidente, venho cá para colocar uma questão simples e rápida, em relação ao Ministério da Defesa e Ordem Interna. O último Deputado que acabou de intervir já fez referência às obras no comando distrital de Caué. O Sr. Deputado colocou muito bem a questão, nós, a 5.^a Comissão, em Outubro de 2013, fizemos uma visita a todos os comandos distritais e vimos que de facto nesses dois comandos, tanto de Lembá como de Caué, havia a necessidade urgente de os reabilitar. Queria felicitar o Governo por, uma vez mais, alocar verbas para esses dois postos policiais.

Mas o que me traz aqui, pelas informações no quadro da visita que fizemos, é que já se tinha desbloqueado verbas para o início da reabilitação daquele comando. Na altura, falávamos de 40% do valor orçado, mas hoje o Governo volta a programar cerca de 2000 milhões, aqui diz «conclusão das obras». O que peço ao Governo é que de facto se crie uma equipa para fazer uma visita ao espaço para se apurar as responsabilidades. Não se trata da conclusão das obras, aquelas obras foram mal feitas e tem que se reiniciar, não podemos de ano a ano colocar verbas do Estado e deixar andar. Só assim é que começaremos a dignificar o Estado e chamar a responsabilidade a quem devemos chamar.

Outro aspecto, aqui o Sr. Deputado Arlindo Ramos levantou a questão de Taipei, no documento que tenho não se refere ao apoio institucional, fala sim do funcionamento da embaixada. Não sei se o senhor tem no documento o contrário, mas era só para situar para que a gente tenha informação.

O Sr. Presidente: — Dou de seguida a palavra ao Sr. Arlindo Ramos e convidaria depois o Sr. Primeiro-Ministro para os esclarecimentos julgados necessários em função das várias intervenções.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, venho cá responder ao meu...

Vozes: — Amigo!

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — ... ao Deputado Guilherme Octaviano, Presidente da 2.ª Comissão.

Quando aqui critiquei a 2.ª Comissão, fi-lo sem o interesse de tirar algum proveito ou de passar a mensagem de que não trabalhamos, o que disse é que a 2.ª Comissão não fez o seu trabalho como deve de ser. Isso é o que disse! Falo isso porquê? Porque a 1.ª e 2.ª Comissão tiveram um encontro com o Sr. Ministro e ele trouxe-nos a proposta do Governo, com as alterações que vai fazer à proposta inicial e competia a 2.ª Comissão, depois desse encontro, fazer o seu trabalho. Pura e simplesmente não fez e se fez, fez muito mal!

A Sra. Elsa Pinto (MLSTP/PSD): — Xiê!

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Está muito mal feito. Alguém que pegue nisto não entende o que está cá!

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Queríamos é que nos apresentasse um mapa das verbas alocadas para a alteração da proposta inicial para termos a noção do volume daquilo que foi retirado de outras verbas, ou de outros ministérios para poder fazer essas alterações. É essa a ideia.

Agora, em termos gramaticais, não sou padre para ensinar o pai-nosso ao vigário.

Applausos do ADI.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Muito bem, está a aquecer!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder as questões colocadas.

O Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Deputados: Gostaria de fazer o uso do verbo para desejar aos senhores ilustres Deputados um ano prenhe de bons acontecimentos e, sobretudo, energia na resolução dos problemas que mais afligem as nossas populações.

Sr. Presidente, ao iniciarmos a discussão deste Orçamento, o programa financeiro do Estado, na especialidade, gostaria, antes passar a palavra aos Srs. Ministros, em função das questões levantadas aqui, de tecer breves considerações, que vão no sentido de poder esclarecer, justificar e quiçá reconhecer bem fundadas algumas questões levantadas e manifestar a disponibilidade total do Governo para agir em conformidade, de forma que possamos resolver essas questões legitimamente colocadas pelos senhores ilustres Deputados.

Começaria pela questão levantada pelo Sr. Deputado Delfim Neves, relativamente ao apoio institucional.

Devo confessar que também concordo que se densifique em termos das finanças públicas, o que se deve fazer com apoio institucional. Há uma prática, boa ou má não é esse o meu objectivo, dizer exactamente o que se tem feito, mas concordo que uma gestão sã e criteriosa da coisa pública deva conduzir-nos a especificação da forma de utilização deste erário público, para evitar uma utilização não apropriada desta verba.

Julgo que o que estaria na origem deste apoio institucional é algo que tem a ver com a insuficiência do nosso Orçamento para poder fazer face a algumas despesas de carácter específico que tem a ver muitas vezes, no que diz respeito àquilo que sei, com a própria segurança interna do Estado e outras não especificadas. Aqui é sede própria para fazermos a densificação de conceitos relativamente à utilização dessas verbas. Estou absolutamente de acordo e acho que devemos fazer esse exercício conjuntamente para evitar derrapagens ou situações menos abonatórias relativamente à gestão e transparência da coisa pública.

Sobre aquisição de viaturas, é o mal que nos persegue e que infelizmente nós não conseguimos encontrar uma equação para o mesmo. O Estado tem muitas viaturas. Tem viaturas que, se calhar, até nem sabe onde é que elas param, perdidas nas oficinas privadas e escondidas. Desde que iniciei funções, tentei procurar regularizar esta situação, obtive da parte do património do Estado uma lista, mas devo confessar a esta augusta Assembleia que a lista que tive acesso está aquém daquilo que é a realidade dos veículos do Estado.

Ultimamente, o Governo tomou a decisão de proibir a circulação dos veículos de estado fora das horas normais de expedientes, tarefa de execução complexa, mas não impossível e irá prosseguir no sentido de melhor disciplinar a utilização dos veículos de Estado.

É claro que temos em carteira um projecto que já vem do anterior governo e que achámos pertinente dar continuidade no que tange à melhoria da questão da mobilidade aqui em São Tomé e Príncipe e também no que tange à segurança rodoviária no País. Esses dois projectos estão bem avançados e, aliás, já está na Presidência da República um diploma relativamente à questão da segurança rodoviária.

Creio que o segundo projecto pode dar resposta à preocupação do senhor ilustre Deputado de Caué, pelo Grupo Parlamentar da ADI, que levantou a questão dramática dessas crianças, que é uma questão generalizada. Hoje tornou-se insustentável que o Ministério da Educação possa assegurar o transporte escolar. Estamos a tocar num problema que é efectivamente crucial. Porque tem a ver também com outras matérias, a incapacidade efectivamente dos nossos Estados e quando falarmos da questão da saúde, da recuperação dos custos que evocamos aqui, da situação sanitária do País, acho que devemos colocar o dedo na ferida, passo à expressão, para conjuntamente vermos qual é a solução mais judiciosa para o nosso país relativamente às questões sociais candentes.

Efectivamente não estaríamos a observar positivamente o princípio de igualdade de acesso à educação, plasmado na nossa Constituição, se não propiciarmos as nossas crianças dos distritos mais longínquos a possibilidade de poder frequentar o estabelecimento de ensino primário, secundário em condições satisfatórias. Crianças que fazem trajectos de vários quilómetros não estão em condições de terem a produtividade suficiente, não estão em condições de poderem assimilar os conhecimentos de forma a poder, em pé de igualdade, competir com outras crianças que têm possibilidades de acesso à educação.

De maneira que é uma questão que é judiciosa, pensamos que isso poderá encontrar resposta no quadro da organização dos transportes colectivos, como disse, há negociação bastantes avançadas com uma sociedade que deverá para além da questão dos transportes colectivos assegurar os transportes escolares porque está fora do alcance do Ministério da Educação e do próprio Estado assegurar a essas crianças um transporte escolar regular em condições satisfatória.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, do aumento da capacidade de intervenção da Guarda Costeira. Devo dizer a esta augusta Assembleia e, particularmente, ao Sr. Deputado que levantou esta questão que há uma decisão do Conselho de Ministros que vai para além daquilo que propôs. Tomámos esta decisão, cientes de que é necessário reforçar a Guarda Costeira. É necessário equipar as Forças Armadas, sobretudo no que diz respeito ao material de aquartelamento, fardamento e outros equipamentos. Isso está em curso, mas pensamos que o trabalho que foi feito pela nossa Guarda Costeira e elogiada a justo título pelos Srs. Deputados deveria conduzir-nos a uma tomada de posição para melhorar sobretudo o meio naval da Guarda Costeira.

Há expedientes em curso, há contactos que estão a ser feitos no exterior, bastante avançados, no sentido de podermos melhorar a capacidade de intervenção da Guarda Costeira para a protecção dos nossos recursos haliêuticos e impedir que o nosso território seja efectivamente palco de actividades ilícitas, não só quanto a actividades não autorizadas, mas também aquelas que podem ser propiciadoras de coisas ilícitas como tráfego de drogas ou coisa do género.

Temos lido a imprensa e é preciso que tenhamos algum cuidado e quer deixar os Srs. Deputados tranquilos relativamente ao esforço que a nação fará através do Governo para que a Guarda Costeira seja devidamente equipada. Dizer também que na senda desta preocupação pensamos estimular aqueles que efectivamente permitiram ao Estado arrecadar receitas e que são na nossa dimensão receitas importantes.

A verba arrecadada no quadro dessa operação não lhe foi dado nenhum outro destino e aproveito o ensejo para informar porque há muita especulação, senti da parte da instituição em causa alguma inquietação, relativamente ao que esperavam poder receber e vão receber, vão ser compensados na justa medida através de um diploma próprio e com toda a transparência requerida.

Estou ao corrente da questão que tem a ver com a extensão do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidade. É uma questão que herdamos e que deve ficar resolvida, sou defensor de opinião de que a culpa nunca deve morrer solteira. Sabemos que há diligências no exterior para poder responsabilizar a empresa que recebeu a verba porque há uma decisão judicial nesse sentido. Há uma decisão dos tribunais portugueses nesse sentido.

Não quero voltar ao episódio que se passou aqui nesta Assembleia. Havia um Sr. Deputado que foi acusado de ter utilizado essa verba em proveito próprio, de ter-lhe dado um destino que não era a partida. Há uma sentença judicial a condenar, os Srs. Deputados poderão tomar conhecimento dessa decisão, o parceiro da empresa nacional que utilizou de maneira indevida a verba proveniente da cooperação nesse sentido.

Primeiramente, acho que os Srs. Deputados têm todo o direito de colocar a questão, esta e todas outras questões que tem a ver com o erário público e devem obter a resposta devida, quer administrativamente, quer exigindo dos tribunais que façam justiça, mas porque o Ministério não pode continuar no Estado em que está, é a razão para qual se inscreveu esta verba para se concluir. Não há espaço suficiente, há diplomatas que não conseguem estar no Ministério porque não têm espaço suficiente para poderem trabalhar e temos que fazer alguma coisa no sentido de poder tornar o Ministério funcional. Eis a razão por

que se inscreveu isso, não se descorando a verba proveniente da cooperação para extensão do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sobre a verba de apoio institucional a Taiwan no valor de mais de 3 000 milhões de dólares, se a memória não me falha.

Devo dizer aos Srs. Deputados que o Estado São-tomense ao abrir embaixada em Taipé, a partir de 1997, data em que se estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, recebeu da parte do governo Taiwanês o apoio para o funcionamento da embaixada porque são meios para pagar o funcionamento da embaixada em Taipé. A verba que se encontra no Ministério dos Negócios Estrangeiros, relativamente à essa questão tem a ver com o funcionamento da embaixada, o hotel diplomático, a residência do embaixador e todo o funcionamento da embaixada, integralmente pago pelo governo de Taipé. É por isso que figura no OGE a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A questão das quotizações, Srs. Deputados, é outra questão que devemos discutir porque estamos efectivamente com uma situação que já se arrasta há algum tempo e estamos todos lembrados. Temos quota em atraso, a nível das Nações Unidas, a nível da CIAC, da União Africana, da CPLP, da Francofonia, contribuições que devíamos dar aos organismos que contribuem para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, como é o caso de FIDA, que mete em São Tomé e Príncipe milhões de dólares e que não contribuímos por causa da nossa insuficiência financeira.

Devo dizer aos Srs. Deputados, com toda a franqueza, a questão foi levantada aqui ontem pela Sr.^a Deputada Maria das Neves.

É a questão para mim fulcral que deveria ocupar uma grande parte das nossas discussões. Como que um país como nosso que exporta cerca de 5 milhões de dólares, onde a produção é escassa a nível interno, qual é a sustentabilidade disso tudo? O que vamos fazer do nosso país?

Srs. Deputados é uma questão fundamental, sobretudo agora na discussão da lei da programação financeira, devemos fazer os ajustes. Ouvi as preocupações, as declarações, a minha função é ter a capacidade de encaixe. Disseram-me coisas aqui que são injustas.

Enquanto tivermos a produção que temos, o País nas condições que está, dificilmente poderemos ter um Orçamento diferente. Poderá variar, podemos julgar no interior desse Orçamento, mas não teremos muitas margens de manobras sob pena de estarmos a iludir a nós próprios. Enquanto não encontrarmos a forma de dar a volta à situação que temos, garanto aos Srs. Deputados que por mais exercícios que façamos não conseguiremos alterar este quadro.

Podemos cortar, mas há o sector que é vital. Fui fustigado por causa do problema da saúde, recordaram-me aquilo que tinha dito aqui e mantendo *in totum* tudo aquilo que disse aqui. Porquê que digo isso? Eu não me conformo, quando vejo um concidadão ir hospital porque necessita de medicamentos e que ele possa voltar para sua casa sem ser curado como deve ser ou sem os medicamentos que ele necessita, não posso, ponho-me na pele dele. Temos hoje uma situação que é calamitosa e temos que procurar sair dela da melhor forma possível e a única forma que eu entendo que podemos sair dela, é criarmos um ambiente de trabalho sério entre nós. Temos em conta as legítimas preocupações expressas aqui pelos Srs. Deputados e conjuntamente tentarmos debelar a situação difícil em que o País se encontra.

Caso contrário será extremamente difícil e os Srs. Ministros darão explicação detalhada. Em relação aos bombeiros, sei quanto é que custa um carro de bombeiro novo, porque eu comprei um carro de bombeiro novo para o aeroporto porque corríamos o risco de ver o nosso aeroporto desclassificado como um aeroporto comercial, caso não adquiríssemos imediatamente um carro de bombeiro, e eu tive que comprar um carro de bombeiro em segunda mão, porque não tem dinheiro para comprar um carro novo, o País não tem. Tive que comprar uma ambulância, entrei na ambulância que foi comprada, em condições, porque era preciso adquirir uma ambulância com os parcos recursos que temos para que o aeroporto não fosse desclassificado e que não tivéssemos um aeroporto comercial.

Os Bombeiros necessitam de veículos, por isso alocou-se verbas para a requisição desses veículos. Tenho visto o esforço feito pelo Presidente da Câmara distrital de Mé-Zóchi. Teve uma iniciativa a todos os títulos louvável. Só o Estado central não tem capacidade para resolver todos os problemas. A imaginação do poder local é importante, ele criou e quero aqui reconhecer a nível desta assembleia, um corpo de bombeiro e isto não exime o Estado central das suas responsabilidades. Srs. Deputados, vamos ver daqui a bocado quando estivermos a rearranjar isto tudo o que é mais prioritário, onde tudo é prioritário, onde a saúde é prioritária, a educação é prioritária, o abastecimento é prioritário. Como é que podemos hierarquizar as prioridades para dar satisfação aos anseios das nossas populações, onde a água é prioritária, a luz é prioritária.

Sobre a TVS, a entrada para o sistema digital que referiu o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, estou informado, mas fez alusão aqui a uma cifra, 70 milhões de dólares, com o nosso Orçamento, mesmo se quisermos fazer isso fasseadamente, temos que recorrer a cooperação, não é que essa questão estivesse esquecida, mas não temos a capacidade interna imediata, pelo menos com disponibilidade orçamental para poder ocorrer a essa situação. Recebi dos serviços competentes, nomeadamente do director da Televisão essa chamada de atenção desde início, que temos que trabalhar neste sentido, e estamos a trabalhar. Não podemos alojar porque não temos verba disponível para fazermos isso, imediatamente, sozinhos. Temos conhecimento que no Príncipe a emissão que vem da Guiné Equatorial se sobrepõe as emissões da TVS. O

Sr. Presidente do Governo Regional, com quem estamos em contacto permanente informou-nos sobre essa questão. Fizemos aquisição de alguns equipamentos e também a Câmara Distrital de Caué teve uma iniciativa em parceria com outros municípios e adquiriu um lote de equipamentos para além do esforço que o gabinete do Primeiro-Ministro e a Secretaria do Estado da Comunicação Social está a fazer para melhorar substancialmente as nossas emissões, quer da Rádio quer da Televisão, a substituição dos emissores a nível de São José, Macamblalá, mas foi exactamente nesse quadro das preocupações que temos vindo a melhorar essa situação.

Não nos passou despercebida essa questão e temos estado a procurar resolvê-la da melhor maneira. Srs. Deputados, passaria a palavra aos Srs. Ministros e começaria pelo Sr. Ministro das Finanças para questões precisas, relativamente a verbas, quer de apoio institucional e algumas questões precisas que foram colocadas aqui pelos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Recordo ao Sr. Ministro das Finanças que não obstante o esclarecimento genérico acabado de fazer por sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que Vossa Excelência pudesse reagir a algumas propostas que foram feitas, nomeadamente as propostas de alteração para sabermos qual é o sentimento do Governo.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Plano e Finanças (Hélio Fernandes): — Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Começo a minha intervenção por fazer um enquadramento genérico das alterações que decorreram do encontro de trabalho havido entre o Governo e a 1.^a e 2.^a Comissão Especializada da Assembleia Nacional. Queria dizer que desta alteração, no cômputo geral, não houve alteração do tecto, contudo, foram alojados projectos que vieram dar resposta àquela que foi a emanção da Assembleia, nomeadamentealguns projectos que possam traduzir uma maior dinâmica no funcionamento do sector privado, nomeadamente o crédito ao empreendedorismo, apoio a palaiês, entre outros aspectos que foram na altura levantados. Foi também necessário fazermos um exercício que visasse reforçar a consistência entre o OGE 2013 e a proposta de OGE para o exercício 2014.

Passando a responder concretamente às questões que foram aqui levantadas, começaria pela questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, relativamente ao pagamento das cotas. Dizer que nas despesas correntes, além da cota da CPLP, está previsto um montante de 10 mil milhões de dobras para os demais organismos e organizações internacionais. Como já fez referência aqui Sua Excelência o Primeiro-Ministro, trata-se de um conjunto de organismos que o Estado tem cotas em atraso, daí que o tratamento está a ser alvo de uma repescagem, no sentido de se agendar o melhor plano e critério para a liquidação.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Mário Fernando, para o exercício corrente 2014, no OGE está previsto também um reforço de verbas para que a curto prazo consigamos atender a algumas questões mais gritantes, relativamente a transportes escolares. Posso dizer que está alojado no Ministério da Educação, Cultura e Formação, refiro-me às rubricas 5361 aquisição de meios rolantes, bem como 3792, todas na página 4 do Programa de Investimentos Públicos, como forma de dar respostas a essas questões.

Relativamente ao que foi aqui colocado sobre o porquê do aumento da verba do orçamento da Assembleia Nacional em 5 mil milhões de dobras, Sr. Deputado Arlindo Ramos, sobre essa questão devo dizer que a aprovação do orçamento da Assembleia Nacional antecedeu a discussão e aprovação do OGE e a Assembleia Nacional, ao aprovar o seu orçamento, teve uma verba que foi superior à proposta do OGE do Governo, com explicações detalhadas que penso ter sido alvo de discussão aqui na plenária. Depois da discussão do orçamento da Assembleia Nacional, o que o Governo fez foi reestruturar o seu projecto de orçamento, de forma a ir buscar uma consistência face àquilo que foi a emanção da própria Assembleia Nacional em matéria do Programa de Investimento Público.

Foi assim que o Governo entendeu fazer, caso contrário teríamos uma inconsistência nessa matéria. Devo ainda dizer que no quadro dessa reafectação que tivemos que fazer de verbas houve efectivamente uma redução nalgumas rubricas do Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, mas para isso, como sabemos, em São Tomé e Príncipe todos os projectos são prioritários, mas havendo uma deliberação da Assembleia Nacional nesse sentido o que fizemos foi excluir alguns projectos e naturalmente, à medida que formos solicitados, vamos apresentar e também o próprio Sr. Ministro de tutela trará mais elementos esclarecedores.

Temos em mãos a questão colocada pelo Sr. Deputado Delfim Neves, uma proposta dos Tribunais, no sentido de se alojar algumas preocupações que decorrem duma restruturação que os Tribunais estão a propor, no âmbito da própria reforma da Justiça. É uma preocupação. Nós temos as instituições a todos os níveis como estamos aqui a ver, contudo é um elemento que estamos a fazer a devida análise e enquadramento, não só ao nível daquilo que será possível fazer-se no âmbito da proposta de OGE, mas também auscultando os nossos parceiros de cooperação, no sentido de ver onde é possível buscar apoios a todos níveis, financeiros e materiais, para que se consiga materializar esse projecto que está a ser proposto pelos Tribunais.

Sr. Presidente, em princípio, eis o que me oferece dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, não sei se há mais ministros que farão uso da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dou a palavra ao Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais.

Vozes: — Obras Públicas! Sr. Presidente, estamos na área institucional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, estamos na área institucional.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, como a Assembleia muito bem entender. Como foram levantadas questões ligadas a alguns projectos, é por isso que passei a palavra ao Sr. Ministro das Obras Públicas.

Se a Vossa Excelência entender por bem, passarei a palavra ao Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, para responder às questões que foram colocadas.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar Sousa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente à questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Cecílio Quaresma, eu gostaria de dizer que desconheço esta questão, nomeadamente quando diz que houve uma recusa do Ministro da Defesa e Ordem Interna em relação a verbas que teriam sido postas à disposição. Espero que noutro quadro possamos encontrar a veracidade dos factos e que o Sr. Deputado esteja disponível para colaborar connosco, no sentido de identificar essa situação.

Murmúrios e risos gerais.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna**: — Digo colaborar, porque o Sr. Deputado esteve ligado a COMPREC e continua ainda a trabalhar e é bem possível que tenha obtido financiamento e que possa ajudar o Ministério a identificar e claro comunicaremos o Ministério das Finanças que é o responsável pela captação de fundos.

Relativamente à aquisição de meios para os bombeiros, é nossa aposta e vamos informar-nos melhor acerca das deslocações que muitas vezes são feitas sem água nas cisternas. Temos vindo a assistir, nesses últimos tempos, esforços por parte das Câmaras e é uma questão de teremos que articular, fundamentalmente, porque não é fácil e muitos meios que estão a ser oferecidos a São Tomé são meios, de certa medida, já ultrapassados. Como o senhor mesmo disse aqui, talvez desde o tempo de Hitler. Mas eu como disse, vamos esclarecer muito melhor essa questão.

Quanto ao Sr. Arlindo Ramos, gostaria de deixar em aberto a possibilidade de convidá-lo para ser meu conselheiro e ajudar-me a identificar algumas áreas em que o sector tem dificuldades. Quanto à questão de apoio ao sector, há uma decisão e vamos fazê-lo. Os problemas que vêm assistindo já se arrastam há 4 anos e, nomeadamente para o comando de Lembá, havia uma verba afectada, mas até agora não se viu nada. Eu saí de governo, voltei a entrar e Lembá continua na mesma. Em Caué a obra iniciou em 2010 e parou até a data, há sempre um problema sério de disponibilidade financeira, muitas vezes o orçamento não dispõe de verbas e espero que este ano concluamos esse edifício, mesmo com todos os problemas que existem.

É tudo que devia dar resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, acho que por esta ronda as questões foram colocadas e encontradas as suas respostas, a menos que os ilustres Srs. Deputados entendam que haja algo que não tenha sido esclarecido e nós estamos abertos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar é de agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro pela resposta às questões que levantei e em segundo lugar gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se não conhece a empresa responsável pela obra do Ministério dos Negócios Estrangeiros, porque para mim, como uma observação, não basta só a sentença judicial português, mas devia haver uma decisão também interna em relação à empresa nacional.

Gostaria de agradecer ao Sr. Ministro da Defesa pelo convite, mas é bom dizer-lhe claramente que, não obstante o senhor não reconhecer essa minha disponibilidade ou não querer essa minha vontade de poder ajudar, espero que de hoje em diante possa realmente precisar dos meus préstimos.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi aquilo que eu quis ouvir do senhor, quanto ao problema de insuficiência de verbas. E daí o meu apelo a uma maior justiça orçamental, a uma melhor distribuição daquilo que são os recursos próprios do País.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herodes Rompão.

O Sr. **Herodes Rompão** (PCD):— Sr. Presidente, como tomo a palavra pela primeira vez, aproveito mais uma vez para desejar a todos um bom ano, cumprimentando Sua Excelência o Presidente, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental e os caros Deputados e Deputadas.

Tomo a palavra na perspectiva de apresentar uma proposta, mas antes gostaria que a Sra. Ministra da Justiça tentasse abordar uma questão que tem constituído, para mim e para o País todo uma preocupação. Já vamos há 38 anos de independência, refiro-me concretamente à orgânica do Tribunal Judicial, e até hoje continuamos a ter um Tribunal bastante centralizado. Anualmente, tem saído das universidades mais de 80, 90 a 100 juristas. Não existe alguma forma de alterarmos essa orgânica e começarmos a descentralizar um pouco os Tribunais? Para os que procuram e os que são chamados para esse serviço, existem custos adicionais. Imaginemos alguém que reside em Caué e é obrigado a prestar informações ou responder no tribunal, se isto demora 2, 3 meses, para um país, como referiu o Sr. Primeiro-Ministro, onde 92% do OGE depende do exterior, pois trata-se de um país onde a pobreza extrema é bastante visível! Portanto, isto é apenas em termos de reflexão.

A segunda questão está relacionada com o Ministério da Defesa e Ordem Interna, numa perspectiva de continuidade da intervenção feita pelo Deputado do ADI, no tocante aos Bombeiros. O OGE refere-se a compra de carros de bombeiros, mas acho que o grande problema está na necessidade de realmente elaborarmos uma política e um plano estratégico nacional de protecção civil, porque a protecção civil não se cinge apenas no apagar de incêndio, é muito mais do que isso, como foi referido. Para um país pobre como São Tomé e Príncipe, quando um pobre perde uma casa, podemos dizer que tem a sua vida perdida. E há situações em que não só perde os bens materiais e financeiros, como também alguns incêndios têm dizimado vidas.

Acho que o Governo deverá incentivar ou tentar encontrar um mecanismo junto ao poder local, com base nesse plano estratégico, porque se pode muito bem submeter esse plano aos parceiros internacionais. Como ao nível da Saúde, o Programa Nacional de Luta contra o Paludismo, Sida e Tuberculose têm feito isso anualmente, quando se lança uma verba para que os países interessados aderirem. Porque de facto diariamente tem acontecido incêndios, acho que é preciso encontrar uma forma de mobilizar a população, mas isso só pode ser feito na base de uma política e de um plano estratégico nacional.

Outro aspecto que também tem constituído a minha preocupação é o que o Sr. Primeiro-Ministro perguntou, o que fazer de São Tomé e Príncipe? Acho que durante 38 anos temos recebido peixes que vêm de outros e nunca procuramos uma forma de criar condições para pescarmos os nossos próprios peixes. Isso passa por várias estratégias. Uma delas é que em determinada altura, em São Tomé, tínhamos médios e grandes empresários e hoje de uma forma silenciosa está a desaparecer. Não se pode falar da pobreza, negligenciando a riqueza. Devíamos encontrar mecanismos de apostar no aumento da riqueza nacional, mas numa aposta séria nos grandes e pequenos empresários e empreendedores nacionais, porque no sentido inverso vamos continuar a aumentar a pobreza e, de uma forma disfarçada, abordar a riqueza. Eu não sou economista mas, como sabem, se eu tiver 10 mil milhões de dobras, sendo nacional, vou estar sempre no Banco Nacional, mas sendo estrangeiro naturalmente o Banco poderá ficar com uma gorjetinha mas a grande parte será transportada. Temos que fazer essa reflexão. E hoje não temos razão de queixa, porque temos capacidades suficientes, quer de ponto de vista técnico, quer de ponto de vista de recursos humanos.

É preciso valorizarmos e investirmos seriamente nas nossas actividades nacionais. Na minha perspectiva, poderia ser um dos mecanismos que poderá conduzir-nos a deixar de “mãos estendidas”. Fora disso, vamos continuar ano após ano a levantar o mesmo problema, o País é pobre, é pobre, talvez até um dia que o mundo desaparecer.

Esta é a minha primeira intervenção, mas poderei fazer outra em função das áreas a serem discutidas.

O Sr. Presidente:— Srs. Deputados, antes de passar a palavra aos próximos oradores, quero recordar-vos que estamos em sede da análise na especialidade e daí que as observações de carácter genéricas são úteis, mas elas devem terminar com propostas concretas, porque estamos a analisar orçamento dos ministérios e os orçamentos têm números, projectos. Para sermos mais produtivos, as nossas observações de carácter genéricas deveriam terminar com propostas tais, tais e tais como alguns dos Srs. Deputados fizeram e obtiveram explicação do Governo. Não sei se estão convencidos ou não, mas gostaríamos de ouvir propostas concretas dos Srs. Deputados, para que em sede de especialidade pudéssemos avançar também na base de questões concretas.

Neste momento, o Governo tem 27 a 28 minutos arredondados, o ADI tem 48 minutos arredondados, o MLSTP/PSD tem 49 minutos arredondados, o PCD tem 2 minutos e o Deputado do MDFM tem 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, estamos na área institucional e, por isso, não devo fugir muito, nem tão pouco quero desejar boas entradas, porque estamos todos sempre em festa, há teatro em todo lado e, por isso, não é preciso desejar nada.

Ouvi cá dizer que não houve trabalho, quer dizer que não há muita gente que não trabalha e gostaria de pedir à Assembleia e aos ministérios que cada trabalho tenha um nome. Quem faz um determinado trabalho deve ter um nome, para evitar essas coisas. Passo pelos sectores e vejo que quem trabalha e quem não trabalha está no mesmo saco.

Gostaria de sugerir o seguinte: na rubrica 5093, no meu entender, talvez houve um engano. Devia pertencer ao Ministério da Defesa e passou a estar no Ministério de Obras Públicas, é a aquisição de equipamentos para emissão de cartas de condução.

Falou-se aqui de Bombeiros, máquina sim, mas em primeiro lugar devemos ter homens. E outra coisa é que mesmo que tivéssemos máquinas, hoje há o problema de acesso. Os bombeiros não conseguem chegar ao local. Há uma necessidade e em vez da verba que está lá, 135 milhões para uma determinada coisa, seria bom passar para o plano director. Nós temos que ter um plano director e, nesse sentido, estou a trabalhar já nesse plano director.

Vozes:— Oh! Muito bem.

Aplausos gerais.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD):— Eu estou a trabalhar já no código de expropriação que dá base para esse plano director. É assim que a gente deve trabalhar, em vez de estar aqui a falar à toa.

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando.

O Sr. Mário Fernandes (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, a resposta que deu não me convenceu, mas de qualquer forma agradeço a sua resposta, à semelhança do Sr. Ministro das Finanças. É verdade que há uma rubrica da Educação para transporte escolar, como lembrou o Sr. Ministro, mas não específica ao nível nacional. O meu caso é específico, interdistrital. É verdade que o Ministro da Educação tem dificuldades de como gerir transporte, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, mas por uma questão de controlo a câmara distrital pode muito bem gerir essas viaturas.

Aconselho que uma vez tendo esse problema no Ministério da Educação de não conseguir gerir o transporte escolar, que isso estivesse ao nível das Câmaras. Faço essa questão, porque isso é mesmo muito importante. É uma questão de deslocar aos distritos e ver como é que as crianças sofrem. Portanto, isso não me convenceu e é nesse sentido que venho cá pedir que se faça uma atenção especial em relação a isso.

O Sr. Presidente:— Sr. Deputado, quero recordar-lhe que poderá retomar este assunto quando estivermos a analisar a área social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. Cecílio Quaresma (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez falo do Ministério da Defesa.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, aqui na rubrica 5078 do Ministério da Defesa, vejo compra de monições com 3 mil milhões de dobras. Acho que não estamos na guerra, Sr. Primeiro-Ministro. Somos um país de paz e seria bom que diluíssemos essa rubrica para outros fins. Acho que 3 mil milhões de dobras é muito dinheiro, inclusive temos aqui alguns militares que usam essas monições de forma indevida. Vemos militares a fazerem tiros para o ar, etc. Seria bom que usássemos o valor para outros fins. E por outro lado temos também aqui noutras rubricas que é 5083 e 3345 parecem ser rubricas iguais do Ministério da Defesa.

Falam sempre de camas, colchões, etc., e seria bom que colocassem essas rubricas todas numa só rubrica e pouparíamos um pouco mais as verbas para outros fins. Também temos aqui rubricas 3042 e se não me enganar também a rubrica 3067, são da defesa e acho que poderemos usá-las para a compra de motas e fardamento. Se uníssemos essas duas rubricas, pouparíamos esses meios para outros fins. Falando ainda do Ministério da Defesa, o Sr. Ministro da Defesa pediu um pouco mais de explicação em relação ao que eu disse. Não sei se é do conhecimento do Sr. Primeiro-Ministro que São Tomé e Príncipe assinou, em 12 de Junho de 2012, dois planos de intervenção importantes a nível de DSCSC, em relação ao problema de protecção civil e também das catástrofes.

Esse plano que chamamos de PAI, ou seja, Plano de Acção de londé. Tenho aqui alguns documentos, não sei se o Governo os tem, mas entreguei-os todos com a entrada do XV Governo ao Ministro da Defesa. Nesse plano que estou a referir, há alguns apoios internacionais, como disse a qui o Sr. Deputado de PCD que falou há pouco tempo. Existem realmente apoios internacionais que hoje São Tomé e Príncipe poderia estar a beneficiar, sem grandes esforços. Podia muito bem beneficiar, mas infelizmente com a entrada do XV Governo não houve uma boa relação entre a instituição que já foi criada e o Governo que praticamente ignorou aquilo que viu e o País hoje está a sofrer com isso.

Por exemplo, Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui esse documento que tem vários itens e é por volta de quase 1 milhão de euros que o País perdeu. Em Maio de 2013, realizou-se em Suíça uma conferência e o Sr. Ministro da Defesa recebeu o convite. Porque é que não houve participação do Ministro da Defesa? Eu não sei e não posso dizer, mas no convite que Sr. Ministro da Defesa recebeu dizia para ir o Ministro ou alguém que o fosse representar. Só sei que nesse domínio não foi ninguém. E nesse documento que tenho aqui de quase 1 milhão de euros, onde fala de vários itens, tem também bombeiros, equipamentos e outras coisas mais. Ninguém foi e o País perdeu esses apoios. É isso que estou a referir. E é um apoio de 2013 a 2016. Esse é um caso.

Outro caso é a assinatura que o XIV governo fez em 12 de Junho, tenho cá documentos que falam do plano de acção trienal (RRC), 2013 a 2015, e com esse plano trienal, Sr. Primeiro-Ministro, o País deveria beneficiar bastante. Não beneficiou porque ignoraram a existência daquela instituição, por fim demitiram o coordenador-geral e tudo foi a baixo. O que é que estamos a ganhar com isso? Nada. Existem muitos apoios internacionais.

Digo mais, Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui outro documento, em que pediram a São Tomé e Príncipe para apresentar um projecto de 100 milhões de dólares. Até Fevereiro de 2014 São Tomé e Príncipe terá que representar um projecto, fundamentalmente para a protecção civil e bombeiros. Tenho o documento. É uma senhora que é muito rica e quer ajudar os países da África Central com milhões de dólares. São Tomé terá que apresentar um projecto, até Fevereiro de 2014, do que precisa para a protecção civil e bombeiros. E ninguém está a preparar esse documento para apresentar de forma a beneficiarmos. E agora pergunto: será que somos culpados? Não. É preciso um trabalho de equipa. O coordenador da COMPREC foi demitido. O que é que se vai fazer? Não se criou ninguém para ocupar o cargo e os documentos estão assim. Quem vai assumir por isso? Eu? O país?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Pires, para uma intervenção.

O Sr. Adelino Pires (ADI): — Sr. Presidente, quero dizer ao Sr. Deputado António Ramos que o plano director municipal, que o senhor disse que já está a trabalhar, é prorrogativa das câmaras e a Câmara de Água Grande, graças a Deus, já está a trabalhar nesse sentido.

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD):— *Das câmaras? Isso é nacional.*

Risos e murmurários gerais.

O Sr. Adelino Pires (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, acho que este OGE, estou a falar no contexto geral, não na especificidade que se está a discutir hoje, mas vou falar num contexto global que pode até dar alguma contribuição, alguma pista, onde o Estado pode buscar alguma verba que muitas pessoas que estão aqui nesta Sala sentada são detentoras de patrimónios do Estado e não pagam ao Estado. Acho que este Orçamento deveria ser de base zero. Digo isto porque não devia ter em conta o orçamento do ano transacto, 2013, mas estamos num regime de *copy-pass...*

Murmúrios do Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, quando o senhor falou eu não o interrompi. Deixe-me falar.

Estamos num momento em que o orçamento deste ano é cópia do orçamento do ano anterior. É isso. Temos que fazer um orçamento com base na nossa realidade. Por exemplo, na execução orçamental do ano transacto, é uma vergonha em termos de investimento. Ao nível da Câmara Distrital de Água Grande, temos um índice de 80 000 habitantes, em termos de investimentos, e só a lixeira da Penha gasta à Câmara quase 4 mil milhões para remoção de lixo.

Para a Câmara Distrital de Água Grande, tínhamos uma verba de 11 mil milhões e só recebemos 8 mil milhões, Sr. Primeiro-Ministro, e estamos com défice terrível. Sr. Primeiro-Ministro, nós, a Câmara de Água Grande, recebemos 8 mil milhões, mais nenhum tostão. Estamos com défice terrível, com lixo acumulado por todos os cantos. E também gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que este Governo do meu colega de formação, Sr. Gabriel Costa, prometeu muito. O Sr. prometeu muito, chamou o XIV Governo...

Murmúrios gerais.

O Sr. Presidente:— Sr. Deputado, centra-se na análise de projectos dos ministérios.

O Sr. Adelino Pires (ADI): — Mas eu disse à Mesa que ia falar de contexto geral.

O Sr. Presidente:— Chamei atenção ao Sr. Deputado que estamos a analisar os projectos dos ministérios.

O Sr. **Adelino Pires** (ADI): — E o Sr. Presidente autorizou o Sr. Delfim Neves a falar no contexto geral. Não pode haver desigualdade de critérios. O senhor é jurista...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, estamos em sede da análise na especialidade.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, a minha intervenção é dirigida ao Ministério da Justiça. Nós tivemos há pouco tempo uma longa greve da PIC e essa greve foi suspensa sob alguma pré-condição e algum compromisso assumido pelo Governo, mas não vou cingir a minha intervenção na greve, só gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que desse uma atenção especial à Polícia de Investigação Criminal, por várias razões. Eu tenho estado a assistir e daí gostaria de agradecer a Sra. Ministra da Justiça pela excelente propaganda que tem feito em relação ao combate ao consumo de droga e venho cá pedi-la que, junto ao Sr. Primeiro-Ministro, reflectisse essa preocupação do Estado e do Governo em relação ao tráfico e consumo de droga no seu Orçamento.

Eu falo disso porque acho que falamos e publicitamos acções e muitas vezes os orçamentos não respondem a essa nossa intenção de poder levar a cabo uma determinada medida ou de poder combater um determinado mal. Um exemplo recente é que há casos pendentes, há casos sob suspeita, há caso sob investigação, internamente e externamente, que a Sra. Ministra sabe. Internamente, infelizmente continuamos a ter graves problemas de seguimento e de investigação.

Daí o meu apelo ao Sr. Ministro das Finanças, no âmbito daquilo que é a capacidade da Polícia de Investigação Criminal quanto a essa matéria, que pudesse dar uma atenção especial ao pagamento das cotas da Interpol em atrasos, porque a relação de São Tomé e Príncipe com a Interpol é muito importante no combate ao tráfico e à criminalidade organizada. E torna-se necessário darmos essa atenção em termos da nossa co-participação nacional, porque nos limitamos à espera daquilo que nos dão e não fazemos internamente nada.

Ultimamente tivemos um exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro sabe que quase lhe impuseram a receber uma delegação em Lisboa que podia trazer-lhe problemas, mas ainda bem que não recebeu...

Murmúrios do Sr. Primeiro-Ministro.

...só chamo a atenção para esse facto, porque é um flagelo, é um problema nacional com o qual todos nós devemos nos preocupar, porque falamos muito de tráfico de drogas, de traficantes, da existência de drogas, mas não fazemos nada para combater. É preciso combatermos as drogas e esse combate não se mostra muito eficaz. Digo isso porque se formos ver ao nível do aeroporto, o que se faz hoje? Temos um sistema de Raio X desactivado há muitos meses e os índices ou as informações disponíveis indicam que o crescimento do consumo é muito relevante no País. É preciso que o Governo dê atenção a essas questões relacionadas com a Polícia de Investigação Criminal. O Estado tem compromissos com a Interpol e a Interpol pode ajudar-nos muito nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Temos o último inscrito, o Sr. Deputado António Barros. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra da Justiça, a intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos despertou-me para uma situação que se tem reclamado muito, porque normalmente uma pessoa quando é atingida criminalmente e recorre à PIC, se for uma pessoa que não tem recursos, o seu problema não se resolve. A pessoa tem que ter dinheiro para pagar o transporte ou o combustível.

Acho que isso tem que ser revisto, porque se torna um caso complicado. Uma pessoa é ofendida e se ela não tiver dinheiro para pagar o combustível ou fretar um carro, a Polícia não age e o criminoso fica à solta.

É esta a questão que eu queria deixar, porque de facto há muita reclamação neste sentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados, muito bom dia e bom trabalho.

Sr. Primeiro-Ministro, quando o meu colega Deputado Arlindo Ramos fez a sua intervenção em relação à Marinha e toda a démarche que se pretende fazer para apetrechar a Marinha, o senhor, na sua resposta, fez referência que há contactos feitos ou tomaram-se decisões no Conselho de Ministros no sentido de encontrarem meios para poderem apetrechar a Marinha. Bem, são coisas que não estão no Orçamento, mas, de qualquer forma vou ter que falar e peço-lhe, nessa sua dinâmica, para pensar a nível nacional. Nós

no Príncipe, sentimo-nos inseguros, porque há muita movimentação, tendo em conta a nossa proximidade em relação ao Continente e à área onde se explora o petróleo. Realmente sentimos que há alguma insegurança. Daí que acho que a Marinha na Região Autónoma do Príncipe deve também merecer alguma atenção, no sentido de estar preparada e apetrechada para poderem dar respostas.

Sr. Ministro da Defesa, os militares que estão destacados na Região Autónoma do Príncipe também fazem um esforço enorme e sofrem, como todos nós, o custo da insularidade. Pergunto-lhe se dentro dessas verbas que estão alocadas para subsídios dos militares também vão pagar aos militares e paramilitares, neste caso, os da Migração e Fronteiras, da Polícia Fiscal, das Forças Armadas, da Polícia, o subsídio de isolamento que se paga a todos os cidadãos residentes na Região Autónoma do Príncipe.

Em relação à aquisição de bombeiros, o Sr. Primeiro-Ministro está muito preocupado e resolveu o problema do Aeroporto de São Tomé, mas sentimos que o aeroporto do Príncipe também precisa de um carro de bombeiros. Não sei se está incluído em algum projecto, não conheço, mas se houver um incêndio no Príncipe – Deus não permita –, nós não temos como resolver. Portanto, era bom que dessem também diligências no sentido de termos no Príncipe um carro de bombeiros ou uma unidade que possa dar resposta aos casos de incêndios que dizimam pessoas e bens.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ayres Major, para uma intervenção.

O Sr. Ayres Major (MDFM/PL): — Sr. Presidente, nunca é demais desejar bom ano 2014 a todos aqui presentes e a toda a população são-tomense.

Venho simplesmente para dar uma modesta contribuição, e alguns colegas já evocaram aqui, Sr. Primeiro-Ministro, a realidade do que é a questão das verbas de apoio institucional. Temos uma embaixada em Portugal, talvez a mais crítica, onde temos muitos doentes, Sr. Primeiro-Ministro, com muitas dificuldades. É um caso que já vem de longe, cada vez que precisam ser evacuadas é para Portugal que enviam as pessoas e quando ficam boas devem regressar, às vezes não regressam, é verdade, mas enquanto estão no tratamento deve ser vista, sobretudo, a questão da alimentação. *Nón manda inembépainen na molê fá, nón na ca pô mata inemcu fome fá.* Esta situação é grave e é crítica. Eu agradeço, por favor, que dê uma atenção a isso.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, é sobre as viaturas do Estado e há formas de resolver. O Estado tem muitas viaturas, mas ainda há sectores que não possuem uma viatura. Temos o caso da Direcção-geral da Cultura, não sei há quantos anos não tem uma viatura, e a Cultura é identidade de um povo. Como é que se fazem as recolhas? Enfim, no momento próprio poderemos falar disso.

Sr. Primeiro-Ministro, se se criar um departamento para dar atenção às viaturas do Estado, como antigamente havia a estação de serviços do Governo, com um serviço próprio para dar atenção aos carros do Estado? Acho que se devia fazer isso. Dou-lhe um exemplo: o Ministério da Agricultura tem uma carrinha com a caixa partida, vai para o lixo; o Ministério da Educação tem uma carrinha da mesma marca, com o motor partido, vai para o lixo. É pegar-se as duas e fazer uma. Portanto, eu acho que temos ferramentas, temos meios, é só ter ideias e avançar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Guilherme Octaviano, para uma intervenção.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha questão é para o Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que me preocupa. Quando viajamos, no aeroporto, não sei se isso pertence aos Serviços de Migração e Fronteiras ou dos Negócios Estrangeiros, parece-me que está de acordo com alguma directiva europeia, dão as nossas informações, os nossos dados. Eu gostaria de saber se ao nível interno há alguma instituição que cuida dessa questão ou se há alguma convenção ou algum sector que trata disso. Muitas vezes estamos no aeroporto e os funcionários da Migração e Fronteiras pedem-nos os passaportes e os dados.

Podem ser usados para outros fins, para além daquele que inicialmente nos dizem. Não sei se há alguma protecção dos nossos dados. Eu gostaria que Vossa Excelência dissesse se há alguma convenção que aderimos para cuidar dessas informações. Como sabe, muitas vezes essas informações podem ser utilizadas para outros fins. Por isso, eu gostaria de saber essa questão, mesmo ao nível da Cibernética, isso para a nossa própria segurança.

O Sr. Presidente: — Caros colegas, chegamos ao fim dos inscritos para o debate nesta área, todavia, porque pretendo encerrar este capítulo, gostaria de saber se tem mais algum colega que queira colocar ainda alguma questão ao Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. Idalécio Quaresma (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a minha preocupação recai sobre a reabilitação do Tribunal Regional do Príncipe. Em 2013, tinha o fundo do Tesouro e este ano ainda continua com a mesma coisa. Portanto, eu creio que estamos a fazer copy-pass, eu não queria usar essa

expressão porque não sou informático, mas creio que estamos a mudar de uma posição para a outra, mas nunca chegamos a uma solução.

Vejo que a construção do edifício do Comando de Caué também já vem de longa data. Sai de um orçamento e passa para o outro, sucessivamente.

O Sr. Primeiro-Ministro disse muito bem que o problema era, de certeza, da verba. Porquê estamos sobrecarregados?

Vou dar mais um exemplo: o Ministério da Ordem Interna foi para Dbs 70 000 000 000,00 (setenta mil milhões) quando em 2013, que era o melhor orçamento, estava em Dbs. 40 000 000 000,00 (quarenta mil milhões). Quer dizer que este Orçamento é muito melhor ainda do que o outro. Se subiu bastante assim quer dizer que é muito melhor. O orçamento aumentou, de 2013 para 2014, quase 57%. Se não cumprimos o anterior, quem nos garante que vamos cumprir deste ano?

Esta é a grande preocupação com o Orçamento e tenho muita dificuldade em entender muitas coisas, tendo em conta que passam de um ano para o outro, e muitas vezes o que muda um pouco é que grande parte dos fundos são atribuídos por Angola, Guiné-Equatorial e novos financiadores, o Congo Brazzaville e a Índia, mas não sei qual é a garantia que tem de cativação desses fundos para a realização dessas obras. Se não, estamos a gastar o papel e no fundo e nada fazemos. Como alguém já tinha levantado a hipótese aqui em São Tomé é que temos que pensar como realizar os nossos orçamentos. Creio que essa forma não é a melhor. É só encher os papéis com números, mas no fundo não enxergamos.

Ok, podemos fazer um orçamento com alguma iniciativa, vamos buscar a verba, mas quando é que entra no Orçamento para sabermos se vamos concluir ou não? Se não ficamos sempre a gastar papéis e muito papel. Ao menos poupemos a natureza.

O Sr. Presidente:— Caros colegas, gostaria que analisassesem bem as questões quando estiverem a intervir, para evitar estarem sempre a pedir a palavra. Quero encerrar, mas tenho visto mãos no ar constantemente, o que quer dizer que há intervenções que resultam das intervenções de outros e não intervenções pensadas com tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes.

O Sr. Mário Fernandes (ADI):— Sr. Presidente, não convém ficar tão nervoso.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho uma questão que realmente devia ter levantado há mais tempo, mas não o fiz. Trata-se do nosso aeroporto. Há bocadinho falou-se de bombeiros, conseguiu-se adquirir uma viatura de bombeiros, foi um passo dado. O nosso aeroporto não tinha iluminação, conseguiu-se, entretanto, o nosso aeroporto continua lesado internacionalmente pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO). Foi feita a aquisição da viatura de bombeiros, iluminou-se a pista, o que é que se passa de concreto que o nosso aeroporto continua com essa penalização? No seu Orçamento há alguma coisa quanto a isso, para que o nosso aeroporto saia da lista negra?

Sr. Presidente, acho que a minha questão foi pertinente. O senhor quis impedir-me.

Risos gerais

O Sr. Presidente:— Srs. Deputados, não estou a dizer que as questões não são pertinentes ou não são úteis. Só estou a dizer para racionalizarmos o tempo. É apenas isso!

Dou de seguida a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para as últimas considerações, esclarecimentos, antes de passarmos à outra fase.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro:— Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu começaria pela última questão colocada pelo Sr. Deputado Mário Fernandes, relativamente à questão de São Tomé e Príncipe estar na lista negra da ICAO. É uma questão que se arrasta há já algum tempo, mantém-se porque não são só esses aspectos. Há aspectos ligados à segurança aérea que não cumprimos. Continuamos a atribuir as chamadas bandeiras de conveniências a aeronaves cuja inspecção escapa completamente ao nosso controlo. Há outros aspectos que exigem de nós uma tomada de posição para que efectivamente saímos da lista negra.

Quando me referia à questão de bombeiros e de ambulâncias com requisitos internacionalmente exigidos, é que corríamos o risco de não ser um aeroporto comercial. Eu tenho todo o respeito pela preocupação que foi manifestada pelo Sr. Deputado da Região Autónoma do Príncipe, relativamente à questão de bombeiros no Príncipe. Queira saber que no quadro do investimento que foi feito para a reabilitação do aeroporto do Príncipe há um *joint investment* entre a HBD e uma outra sociedade, para a exploração efectiva do aeroporto. A aquisição de meios e a iluminação da pista do aeroporto da Região Autónoma do Príncipe inserem-se nesse quadro. Naturalmente que a sua preocupação é judiciosa, eu procurarei junto das autoridades da Região Autónoma do Príncipe saber exactamente em que ponto estamos relativamente à execução desse aspecto. Para além da questão da própria protecção civil de uma forma geral, alguém falou aqui de uma espécie de um plano director dessa matéria, acho que efectivamente faz todo sentido. São questões que devemos discutir com alguma profundidade.

Em termos de fogo posto aqui em São Tomé e Príncipe, era uma matéria para discutirmos durante uma manhã. Os números de incêndios são fortuitos ou efectivamente criminosos? Temos ouvido várias declarações de populares, pessoas que dizem: «saí da minha casa, não havia nada, eu nem sequer tenho energia». Às vezes somos levados a pensar que a adulteração do nosso comportamento social tem criado problemas terríveis e a forma como os resolvemos tem criado problemas terríveis à sociedade. Estou convencido que uma parte desse incêndio não é fortuito, é caso de fogo posto de origem criminosa. Isso leva-nos a pensar que devemos ser muito mais incisivos no combate a essa forma de criminalidade, que cria tantos problemas não só materiais, mas psicológicos, traumas, até a perda de vidas humanas, que é a pior das coisas. Portanto, é efectivamente nesse ângulo que devemos colocar essa questão e reflectir efectivamente sobre isso.

A questão de doentes em Portugal é outro drama. Para além da função diplomática dessa representação, que é uma das principais que temos no exterior, temos a vertente social. Digo isso porque também fui embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal, sei exactamente qual é o drama que a Embaixada vive relativamente à evacuação de doentes. Acho que seria de elementar justiça reconhecermos aqui que a cooperação que temos com Portugal, mormente com o Instituto Vale Flor, diminuiu drasticamente a questão da evacuação sanitária. Não resolveu efectivamente, nem tem o condão de resolver todos os problemas nessa matéria, mas as intervenções que têm tido lugar aqui têm minimizado esse problema. Claro está que temos a questão dos doentes hemodialisados e outras patologias cujos tratamentos não são possíveis com os meios localmente existentes.

Então, qual é a nossa capacidade efectivamente para reforçar a nossa Embaixada, sobretudo o seu sector social, que continua a dar passos com receitas consulares, que não são suficientes, sobretudo agora nessa situação de crise, em que Portugal se vê também a braços com a crise económica e financeira e reduziu uma série de facilidades que outrora acordava com os nossos dentes? Infelizmente o nosso país não tem meios, não é uma questão de deixar morrer as pessoas, de não tratar as pessoas ou deixar as pessoas a fome. São os ilimitados recursos de que dispomos, que não nos permitem fazer aquilo que em condições normais deveríamos fazer para aliviar o sofrimento das pessoas que são obrigadas a se deslocarem a Portugal para buscarem o tratamento ou cura para o seu mal. É um problema que temos. No quadro das prioridades, olhemos para o orçamento da Saúde, no âmbito geral, para vermos exactamente a fatia que é consagrada e os gastos que são feitos.

Dou-lhe um exemplo: na quadra festiva, teve que sair um avião aqui ao nível interno para o Príncipe, porque tinha havido um acidente com traumatismo, suponho craniano, de um habitante da Região Autónoma do Príncipe. Teve-se que fretar um avião, no âmbito do orçamento da Saúde, para evacuar um doente, e custa 80 milhões de dobras. Portanto, não temos a capacidade, põe-se o problema de recuperação de custo, problema de seguro que temos que ter e discutir para cobrir esse tipo de coisas. Por isso é que temos estado a evocar essa questão de que devemos melhorar a nossa capacidade de dar resposta a isso.

Caro que, Srs. Deputados, por mais vontade que tenhamos, de um dia para outro não podemos resolver esses problemas todos. Portanto, é certo que devemos levantar esses problemas, ver efectivamente com elevação, como tem sido feito hoje, as questões que preocupam as nossas populações, como é que devemos encontrar resposta para as questões que atingem directamente as pessoas, e encontrarmos um quadro realmente próprio para debelar, mas temos imensas carências e dificuldades financeiras próprias de um país que produz na proporção que foi levantada aqui.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, relativamente à questão do orçamento do Ministério do Defesa e Segurança, sabem que essa questão não pode ser um tabu, mas são questões delicadas. Eu não posso dizer aos Srs. Deputados que vou ter que tirar a verba que as pessoas com experiência e responsabilidade na matéria dizem que são necessárias para garantir a integridade do território a soberania e a independência nacional. Não posso dizer-lhe. Portanto, gostaria só de pedir a compreensão dos Srs. Deputados para que a questões dessa natureza não sejam discutidas aqui, porque efectivamente trata-se de questões sensíveis, em matéria de defesa e segurança, e não são compagináveis com uma discussão pública. Teria todo o gosto, em todas outras questões, mas há questões que são específicas, infelizmente pela sua própria natureza não é possível discutirmos aqui.

O Sr. Ministro falará da questão do subsídio de isolamento levantada aqui, a que têm direito as outras forças militares e paramilitares aqui em São Tomé, que fosse extensiva aos militares e paramilitares que cumprem o seu dever na Região Autónoma Príncipe. Ele dirá, não sei o que prevê o Ministério relativamente a essa questão.

Sobre a Justiça versus Polícia de Investigação Criminal (PIC), proponho aos Srs. Deputados que façamos um debate na Assembleia Nacional. Tive conhecimento, através do Sr. Ministro do Plano e Finanças, de uma reclamação dos Tribunais quanto ao Orçamento. Gostaria, Srs. Deputados, que fizéssemos efectivamente esse exercício sobre a reforma da Justiça, de uma forma desapaixonada, pensando no futuro. Digo isso porque, responderia ao mesmo tempo o Sr. Deputado Idalécio, tivemos dificuldades em mobilizar fundos e atrair investimentos privados, é uma das questões que tem a ver exactamente com o funcionamento do nosso sistema da Justiça. O sistema da Justiça não é só os Tribunais, é a PIC, é o estabelecimento penitenciário, etc.

Portanto, as pessoas não vêm se não tiverem garantia, precisamos que as pessoas venham e tragam investimentos. É preciso que melhoremos o ambiente de negócios fazendo essa reforma, na forma como os órgãos soberanos que têm competências na matéria, acharem que devemos fazer. Não podemos dilatar para mais tempo essa questão, Srs. Deputados. Se tivermos o relatório Himo-Ibrahim, relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano aqui em São Tomé e Príncipe, a questão de acesso à Justiça figura como entrave a essa questão. Por isso, quando me crucificavam aqui nessa Assembleia que o meu Governo seria o pior de todos os tempos, sorri. É preciso viajarmos para os dados existentes, não estou a inventar absolutamente nada. As áreas que constituem o calcanhar de Aquiles do nosso país, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, e os nossos maiores progressos estão nesse relatório. Em termos macroeconómicos não estamos assim tão mal, reporto-me sempre a esse relatório.

Ontem vi na televisão que o *Cable News Network* (CNN) ao nível do Turismo considerava São Tomé e Príncipe como um destino recomendável. Isto deve ser motivo de orgulho nacional, não é um mérito meu, é nosso e é da República. Quanto mais condições criarmos para que as pessoas possam investir neste país, teremos melhores condições e não traremos um Orçamento para aqui com hipotética mobilização de fundos, mas coisas muito mais e com maior sustentabilidade. Mas vai ser sempre assim, não é uma questão do anterior, deste ou do próximo Governo. É uma realidade incontornável, vivemos das ajudas externas, para pormos de um lado as receitas e do outro as despesas, fazemos estimativas. Por exemplo, dizemos: da República Federativa da Nigéria «x».

Foi o que nos aconteceu no ano passado. Normalmente, a Nigéria, na perspectiva de exploração petrolífera na zona de exploração conjunta, tem avançado a São Tomé e Príncipe verbas para pagar uma série de despesas. A chamada facilidade de *crude oil allocation*, com a qual pagamos bolsas de estudos aos nossos estudantes, este ano não houve, ou seja, zero. Eu não quero atardar-me sobre as razões, só queria dizer que de facto não houve qualquer fundo. Estava previsto, porque era uma coisa que se fazia normalmente desde o anterior governo. Claro está, numa situação dessa qual é a execução orçamental que se pode ter? Vamos ser sinceros, não estou a inventar absolutamente nada, estamos a dizer aos Srs. Deputados que a dificuldade reside fundamentalmente na nossa capacidade de poder inverter as coisas. Criar ambiente necessário para discutirmos coisas que são fundamentais e encontrarmos respostas para os nossos males. Portanto, Srs. Deputados, em relação à Justiça proponho aos Srs. Deputados que tenhamos um debate. Disse que ia reformular a PIC, eu não digo as coisas e depois para dizer que não faço, volto a dizer, aquilo que digo faço.

O Sr. Deputado, meu ilustre colega, disse: «O problema da Câmara...». Disse-me que era jurista, com todo o respeito, mas está a falar em nome da Câmara é incompatível.

Risos gerais.

Disse: «Nós a Câmara ...». Eu fiquei sem saber, é preciso ter-se algum cuidado, se é vereador ou Deputado. Não pode ser as duas coisas ao mesmo tempo. Pela boca morre o peixe!

Nós achamos que não se dá mais dinheiro à Câmara, sabemos que não é voltar nem falar do passado, como algumas pessoas disseram aqui. Vamos fazer a comparação, que nos anos anteriores sempre houve dificuldades. Julgo ter um relacionamento bastante bom com os Presidentes das Câmaras Distritais, com quem discuti este Orçamento. Tenho, portanto, com os órgãos do poder local um relacionamento. Muitas vezes quando há dificuldades, por exemplo, o que aconteceu com o Sr. Presidente da Câmara de Mé-Zóchi, ele importou ambulâncias e estava a braços e falou comigo.

Fizemos o necessário para que tivesse verbas para pôr ambulâncias aqui fora para servir os interesses da população. Não temos nenhum interesse em criar dificuldades às Câmaras. Portanto, há um problema de gestão e temos que ser efectivamente mais criteriosos para não termos dificuldades de todo género.

Srs. Deputados, é o que se me oferece dizer-vos, acho que foi relativamente as preocupações que foram levantadas.

Sr. Deputado Mário, a questão dos transportes escolares, se transfiro para as Câmaras esses autocarros quase velhos, a Câmara não vai ter a capacidade para assegurar a deslocação dessas crianças. Estou de acordo consigo, se calhar é uma situação transitória, até que tenhamos efectivamente esse problema de transportes colectivos resolvido, e que está incluído nesse projecto na componente «transporte escolar». Acho que é a melhor forma de ter uma empresa que com a qual, no quadro de parceria público-privada, o Estado contribui e essa empresa faz esse trabalho. Também vai ajudar-nos a resolver o problema da utilização dos carros do Estado, porque hoje as pessoas que dispõe desses carros trazem-nos cheio de pessoas que vêm trabalhar.

O que o Estado paga não dá para que as pessoas possam pagar transportes a todo tempo, todos esses problemas estão imbricados, estão interligados. Há questões que são fundamentais, a resolução desses problemas vão permitir-nos resolver outros problemas. Se tivermos o problema dos transportes colectivos, que é o problema da mobilidade aqui ao nível do nosso território, para que as pessoas possam evacuar os seus produtos, estaremos a resolver ao mesmo tempo vários outros problemas ao nível do turismo. Se houver uma organização boa dos transportes colectivos, teremos uma grande parte dos nossos problemas resolvidos.

Sr. Deputado Cecílio, ninguém me enviou o documento, relativamente à questão que levantou. Eu não recebi nenhum documento! E não teria qualquer sentido, falou com muita propriedade e com algum vigor, e

eu ouvi aquilo que disse. Precisamos efectivamente, há coisas que já não vamos conseguir resolver com meios internos, porque não temos. Portanto, vamos ver exactamente, agradeço as informações que prestou, não recebi de ninguém nenhum dossiê sobre essa matéria e nem conheço nenhuma convenção que foi assinada anteriormente relativamente ao que fez alusão. Mas vamos sim senhor! No seu papel de Deputado levantou a questão e disse que tem documento. Estou disponível para directamente trabalhar consigo no sentido de vermos o quê que podemos fazer para resgatar aquilo que é possível em prol do País. Não há qualquer dúvida sobre isto.

Aplausos.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna:— Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu não vou fazer finca-pé em relação ao assunto do Comité Profissional de Prevenção e Controlo Técnico (COPREC), teríamos um quadro próprio, como teria apresentado a proposta.

Mas há uma questão levantada por um Sr. Deputado, que era para se retirar a verba de 3000 milhões, proposta para a aquisição de monições. Gostaria de dizer que graças ao Sr. Deputado José Viegas, tive acesso a um diploma aprovado aqui na Assembleia. Está no Diário da República n.º 159/2012, foi promulgado, creio no dia 28 de Dezembro de 2012, Lei n.º 10/2012 – Lei da Programação Militar.

Esta lei põe à disposição das Forças Armadas para o ano de 2013, o montante de 78 000 milhões de dobras, em 2014, o montante de 122 000 milhões de dobras e em 2015, o montante de 153 000 milhões de dobras. É um instrumento da Assembleia, se há necessidade de se proceder à sua revisão que se faça porque prometeu aos militares que ia equipar. E o diploma tem mapa financeiro anexado, de modo que é uma questãoposta por Vossa Excelência e deveríamos analisar com certo cuidado.

O Sr. Presidente:— Sr. Primeiro-Ministro, não sei se há mais Ministros que querem fazer o uso da palavra.

O Sr. Primeiro-Ministro:— Não, Sr. Presidente. Não há mais ninguém.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, coloquei uma questão pontual ao Sr. Ministro da Defesa, se calhar esqueceu-se.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa

O Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna: — Sr. Presidente, esse subsídio não é abrangente às forças militares e paramilitares que estão em comissão de serviço na Região Autónoma do Príncipe. É um instrumento que foi criado para atender aos trabalhadores recrutados e que prestam serviço na Região Autónoma do Príncipe. Não é abrangente, existia anteriormente, foi eliminado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acabamos de analisar a área Institucional. Da discussão havida, podemos concluir que não houve alterações, algumas propostas foram feitas, porém os Srs. Membros do Governo e Sr. Primeiro-Ministro deram os esclarecimentos e apontaram em alguns casos a solução. Ficaria eventualmente para um tratamento final a questão inicialmente levantada que encontrou o acolhimento favorável de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro no que concerne à gestão da rubrica «Apoio Institucional», a utilização dessa verba nos vários sectores do Estado.

Não sei se no âmbito da lei que aprovaremos no fim, poderemos alojar a preocupação levantada inicialmente pelo Sr. Deputado Delfim. Deixo à questão para amadurecimento por parte, quer do Srs. Ministros, do Sr. Primeiro-Ministro e também dos membros da 2.ª Comissão que terão responsabilidade de apresentar-nos o texto final. Relativamente à questão das viaturas, podemos considerar como uma recomendação feita e que o Governo no momento exacto dará o tratamento adequado.

Outras questões como as dos Tribunais, cujo Presidente do Supremo havia feito diligências, quer junto da Assembleia e do Governo, vimos da parte do Sr. Primeiro-Ministro que há diligências que não têm acabamento neste Orçamento, mas sim junto das entidades com as quais nós colaboramos, nomeadamente no âmbito da cooperação para dar respostas a um conjunto de preocupações existente ao nível do Tribunal.

Porém, o Sr. Primeiro-Ministro lança-nos um desafio no sentido de fazermos um debate ao nível do Parlamento sobre o sistema e a situação da Justiça. Neste sentido, creio que o Parlamento estaria aberto a acolher uma iniciativa desta natureza. Porém, tendo o Governo a responsabilidade na condução da Justiça do nosso país, talvez fosse conveniente o Governo despoletar essa iniciativa e o Parlamento através dos

vários Grupos Parlamentares e os seus serviços prepararem-se conjuntamente com o Governo para fazer esse debate.

Relativamente às outras questões que foram aqui abordadas, creio eu que não temos razões para estarmos insatisfeitos, não obstante reconhecermos que há muitas limitações de verbas e há muitos espaços para melhoria de vários sectores. E por não ter havido propostas que possam conduzir as alterações das várias rubricas aqui apresentadas, houve duas, e elas foram explicadas e não vi reacção por parte dos proponentes, rejeitando às explicações feitas pelos membros do Governo. Posso então, considerar que esgotamos as análises relativamente ao sector institucional. Porém, tendo em conta que somos uma organização de funcionamento colegial, gostaria de saber por parte dos colegas se há alguma referência que não fiz e que tem o vosso consenso para que a 2.ª Comissão possa anotar.

Não sendo o caso, encerro então o debate sobre a área institucional.

Srs. Deputados, são 13 horas e 43 minutos, tradicionalmente encerramos a sessão às 14 horas, começamos com 1 hora e 50 minutos de atraso. Quero saber se há disponibilidade para continuarmos hoje, ou amanhã?

Vozes: — Amanhã.

Se continuarmos amanhã, Srs. Deputados, temos por hábito e sabemos que constitucionalmente, assim é, somos uma organização representativa dos nossos eleitores e do nosso povo, o exemplo deve começar em nós. Daí que gostaria de fazer um apelo para começarmos a sessão amanhã às 9 horas.

Declaro encerrada a sessão de hoje.

Eram 14 horas 50 minutos.